

**A INSERÇÃO DO MODELO DE TOULMIN NO ENSINO DE CONSTRUÇÃO DE
ARGUMENTOS EM REDAÇÕES DO ENEM, COM BASE NO DOCUMENTO
OFICIAL "A REDAÇÃO DO ENEM 2022: CARTILHA DO PARTICIPANTE": UMA
PROPOSTA METODOLÓGICA**

Tialy Nascimento de Lima¹

Orientadora: Sylvia De Chiaro²

RESUMO: Este artigo propõe uma contribuição metodológica ao professor de língua portuguesa voltada à redação do Enem, com base no que o documento oficial *A Redação do Enem 2022: cartilha do participante* solicita. A pesquisa partiu de teorias da argumentação dialógicas e monológicas, com base em Leitão (1999), Leitão (2012) e Toulmin (2001). Assim, levantou-se a hipótese de que o documento oficial aponta orientações para a construção do texto dissertativo-argumentativo que se assemelham à perspectiva de argumentação de Toulmin e seu caráter monológico. Para atestar tal ideia, buscou-se demonstrar teoricamente que tal perspectiva manifesta-se no documento e que elementos do seu *modelo* aparecem em redações nota 1.000. Assim, por meio das análises, percebeu-se que, de fato, tanto a teoria argumentativa de Toulmin quanto o seu modelo encontram-se no documento oficial.

Palavras-chave: redação do Enem, argumentação, modelo de Toulmin

ABSTRACT: This article proposes a methodological contribution to Portuguese language teachers focused on the writing section of the Enem (Brazilian National High School Exam), based on the guidelines outlined in the official document *The Enem 2022 Writing: Participant's Guide*. The research stems from dialogical and monological argumentation theories, drawing on Leitão (1999), Leitão (2012) and Toulmin (2001). Thus, the hypothesis was raised that the official document provides directions for constructing the argumentative essay text that align with Toulmin's argumentation perspective and its monological nature. To substantiate this idea, the study theoretically demonstrated that such a perspective is evident in the document and that elements of its model are present in essays scoring 1.000 points. Through the analyses, it was observed that both Toulmin's argumentative theory and its model are indeed reflected in the official document.

Keywords: Enem writing, argumentation, Toulmin model

¹ Graduanda do curso de Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa da Universidade Federal de Pernambuco.

² Docente do Centro de Educação – departamento de psicologia, inclusão e educação – da Universidade Federal de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aponta um estudo que busca colaborar com a prática metodológica do professor de LP (língua portuguesa) em suas aulas de produção textual pertinentes à construção da dissertação argumentativa requerida pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com isso, espera-se que os alunos alcancem um bom desempenho nesta etapa do exame levando em consideração o que o documento oficial *A redação no Enem 2022: cartilha do participante* – versão mais recente disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep)³ solicita em relação à construção do texto dissertativo-argumentativo, além da explicitação dos critérios de avaliação e detalhamento das cinco competências a serem avaliadas na redação (detalhadas no documento), conforme mostra a figura abaixo:

Figura 01 – Critérios de avaliação da redação por competências

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: gov.br/inep. Acesso em: 20 jul. 2023.

É sabido que desde a criação do Sisu (Sistema de Seleção Unificado), as notas obtidas por meio do Enem passaram a ser aceitas em universidades públicas como forma de ingresso. Dessa maneira, a procura incessante pela aprovação em universidades públicas mediante o Enem tornou-se instrumento de marketing de muitas instituições de ensino privadas e públicas em todo o país. Em meio à competitividade, a busca pela nota 1.000 na redação do Enem faz com que cursinhos preparatórios e escolas apresentem aos alunos “fórmulas mágicas” e repertórios socioculturais preestabelecidos para a construção dos argumentos no texto, de

³ Este documento oficial possui versões anteriores. Para que não haja dúvidas, salientamos que, neste artigo, todas as referências à *Cartilha do Participante* dizem respeito à versão mais atual (2022), disponível em: gov.br/inep

modo que o aluno, muitas vezes, sequer chega à conclusão de como aquele argumento inserido na sua redação foi construído.

De acordo com Nascimento e De Chiaro (2015), o ensino de “fórmulas mágicas” a partir de citações famosas e de argumentos gerais que se encaixam em várias temáticas deixam em segundo plano todas as ações cognitivas e metacognitivas envolvidas na construção da argumentação. Assim, esse tipo de metodologia pode impedir que o estudante aprenda a produzir bons argumentos e conhecer as etapas de construção deste, tanto em atividades de produção de textos argumentativos, quanto na dissertação argumentativa do Enem. Além disso, é indispensável considerar que o aluno deve conseguir levar tais aprendizados para a sua própria vida enquanto cidadão uma vez que saber argumentar é fundamental em inúmeras situações de interação comunicativa.

Com base nisso, a partir de estudos referentes às teorias argumentativas⁴, surgiu o interesse de investigar qual perspectiva argumentativa mais se aproxima das instruções e critérios de avaliação e correção para a escrita do texto dissertativo-argumentativo apresentadas na Cartilha do Participante do Enem 2022. O documento busca esclarecer possíveis dúvidas referentes ao processo de avaliação da dissertação argumentativa, além de detalhar as cinco competências a serem avaliadas na redação (figura 01).

Nessa perspectiva, em virtude das experiências vivenciadas em situações de ensino e aprendizagem em minha vida profissional enquanto professora de produção textual e corretora de textos dissertativo-argumentativos, parto da hipótese de que o documento *A redação no Enem 2022: cartilha do participante* apresenta procedimentos (para a construção dos argumentos) que se encaixam na perspectiva argumentativa monológica de Stephen Toulmin — filósofo britânico que trouxe grandes contribuições para os estudos da argumentação, como o instrumento de análise de argumentos conhecido como *modelo de Toulmin*, o qual, conforme Leitão (1999), auxilia na identificação de diferentes elementos que compõem a argumentação dos indivíduos. Assim, este trabalho tem como objetivo geral propor uma contribuição metodológica ao professor de língua portuguesa voltada à produção textual da redação requerida pelo Enem, com enfoque na estruturação e qualidade dos argumentos que compõem um projeto de texto, tendo como referência a teoria de Toulmin, cuja perspectiva argumentativa monológica assemelha-se à do documento oficial em questão. Ademais, busca-se atender a dois objetivos específicos:

⁴ Estudos aos quais fui apresentada por meio da disciplina eletiva “Argumentação na Educação” do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, ministrada pela professora Dra., da mesma instituição, Sylvania De Chiaro.

1. Demonstrar teoricamente que a perspectiva de argumentação de Toulmin manifesta-se no documento A redação no Enem 2022: cartilha do participante.

2. Verificar se o modelo de Toulmin encontra-se nas redações que atingiram a pontuação máxima (1.000 pontos) no exame de 2021, disponíveis na Cartilha do Participante.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Percurso histórico do Enem: mudanças que ocorreram ao longo dos anos e a alteração do tipo de produção textual solicitada no exame

A implementação, em 1996, da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), (BRASIL, 1996), impulsionou a necessidade de criar um sistema que avaliasse a qualidade do ensino no país, visando alcançar o que está previsto em lei a respeito da educação brasileira do artigo 205 ao 214 da Constituição Federal de 1988⁵. Dessa forma, o Enem surgiu em 1998 e, inicialmente, foi aplicado em 183 municípios, conforme aponta o Inep (2023).

No ano seguinte, o exame ganhou credibilidade – o número de instituições de educação superior que utilizavam os resultados do Enem subiu de 02 para 93, segundo dados do Inep (2023). Até o ano de 2008, a prova era realizada em um único dia, composta por 63 questões e solicitava uma dissertação; a partir de 2009, com a criação do Sisu⁶, o Enem transformou-se de maneira impactante. O exame, agora com 04 provas, cada uma contendo 45 questões objetivas de múltipla escolha, dividia-se em três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Dessa forma, a portaria nº 109, de 27 de maio de 2009 afirma que, a partir dali, o exame seria, também, um “procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania.” (BRASIL, 2009, p.57).

A partir de 2009, também, o Enem passou a adotar um texto dissertativo-argumentativo que deveria ser feito com base em um tema de ordem social, científica, cultural ou política. A respeito do que motivou a alteração da redação no exame, que até então solicitava apenas o tradicional texto dissertativo, Nascimento (2021) afirma que, conforme determinado na Matriz de Referência da área de Linguagens, Códigos e suas

⁵ Ver em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

⁶ Sistema de seleção unificada. Ver em: www.aceessounico.mec.gov.br/sisu

Tecnologias do Enem (BRASIL, 2009), a argumentação, enquanto atividade humana, consta entre competências e habilidades sondadas no Enem.

Assim, de acordo com Travaglia (2018), o tipo textual dissertativo é aquele que busca “o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor ideias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1342). Entretanto, definir o texto argumentativo é uma tarefa mais complexa, pois não existe uma única perspectiva argumentativa. Entre diversas definições, concordamos com a ideia de que o texto argumentativo pode mobilizar “explicitamente recursos para convencer e persuadir o(s) interlocutor(es), buscando fazer com que os recebedores do texto deem sua adesão a uma ideia” (TRAVAGLIA, 2018, p. 1343). A Cartilha do Participante, por sua vez, define a dissertação argumentativa como:

um texto em que se demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de um ponto de vista. É mais do que uma simples exposição de ideias [...] se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a dupla natureza desse tipo textual: é argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo. (BRASIL, 2022, p.11).

Assim, em função da transição do clássico texto dissertativo para o dissertativo-argumentativo, as escolas mudaram a maneira de ensinar a redação do Enem, enfatizando a dissertação argumentativa, tendo como apoio atual a Cartilha do Participante. Apesar de o documento não explicitar em qual perspectiva argumentativa se espera que os estudantes/participantes aprendam a construir o texto, é de suma importância que os professores de LP reconheçam a concepção monológica implícita no documento, semelhante à de Toulmin, como mencionado anteriormente, visto que essa assimilação pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

1.2 Teorias da argumentação: perspectivas monológicas e dialógicas

Os estudos sobre a argumentação são vastos e desdobram-se de três percursos clássicos: a retórica, a lógica formal e a dialética. Enquanto a retórica – pautada no verossímil – preocupava-se com a persuasão, a lógica formal ocupava-se em prezar pela verdade, e a dialética buscava o questionamento, a criticidade. Apesar das diferenças de métodos, estes três campos convergem ao mesmo propósito: por meio de um argumento, convencer alguém a aceitar uma determinada ideia, um dado ponto de vista. Com o passar dos anos, teorias contemporâneas de argumentação desenvolveram-se a partir das clássicas citadas – tal como a

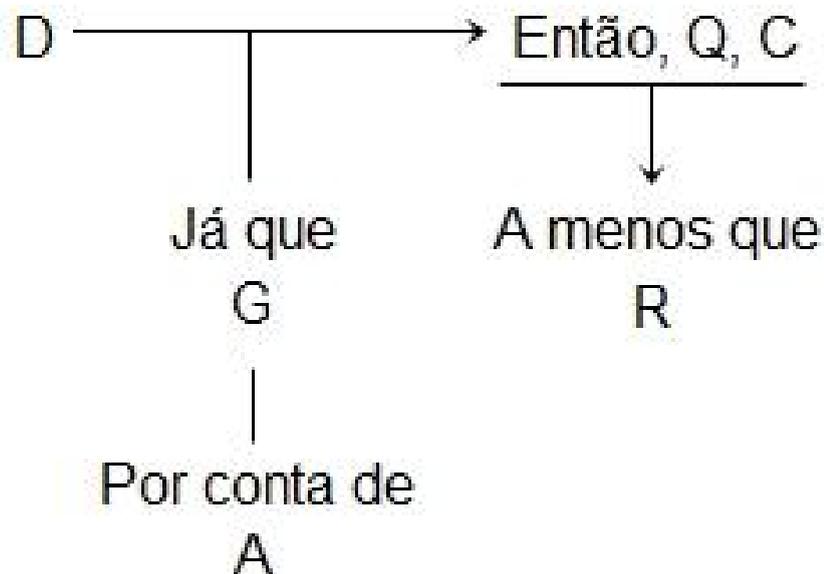
nova retórica, a lógica informal e a pragma-dialética – sob aspectos monológicos ou dialógicos de argumentação. Adiante cabe compreender a dissemelhança entre essas duas perspectivas.

As concepções monológica e dialógica de argumentação, apesar de convergirem ao mesmo propósito de argumentar para defender a assertividade de uma ideia, apresentam disparidades bastante características. A princípio, argumentação sob uma perspectiva dialógica consiste em uma atividade cognitivo-discursiva que se realiza quando um ou mais indivíduos se dedicam a uma situação de divergência de opinião, elaborando, assim, razões para defender seus pontos de vista e para examinar e contestar perspectivas contrárias (LEITÃO, 2012). Além disso, os movimentos argumentativos que ocorrem em um diálogo entre dois ou mais indivíduos podem ser realizados por um único indivíduo, no campo do pensamento, por meio do exercício de argumentar consigo mesmo. Segundo Leitão (2012), mesmo que a argumentação ocorra entre dois ou mais indivíduos, (a maneira mais óbvia de acontecer), a característica básica que, em última instância, define a argumentação é o exame sistemático dos fundamentos e limites de argumentos diferentes. Portanto, a ênfase no confronto entre perspectivas confere à argumentação, simultaneamente, uma dimensão dialógica – porque conjuntamente responde e antecipa respostas – e dialética, pois caracteriza-se como um exame crítico de argumentos divergentes (LEITÃO, 2012).

Diferentemente da concepção dialógica de argumentação, a perspectiva monológica, sob o viés da lógica informal, cujo principal teórico é Toulmin, preocupa-se com o orador (indivíduo que propõe um argumento), visando a estruturação, critérios de avaliação e qualidade dos argumentos, desconsiderando a negociação de pontos de vista. Toulmin, segundo Grácio (2009), procurou romper com os limites da lógica tradicional, concentrada essencialmente na forma dos raciocínios e da dedução, buscando associar a construção de raciocínios a maneiras de argumentar que podem ser alvo de questionamentos. Dessa forma, ao propor um padrão de argumento – o modelo de Toulmin – o filósofo objetivou responder a indagações que questionam a aceitabilidade, a qualidade de um argumento e a maneira como ele pode ser desafiado. De acordo com Grácio (2009), a esse modo de argumentar que pode ser desafiado, Toulmin deu o nome *garantia (G)*, uma justificativa, uma “regra ou princípio que torna os dados em pauta relevantes para a aceitabilidade da conclusão” (LEITÃO, 1999, p. 96). Dessa maneira, percebe-se que a ligação entre um *dado (D)* (fato no qual se baseia uma afirmação) e uma *conclusão (C)* (tese, ponto de vista sobre uma ideia) só tem sentido se houver uma garantia.

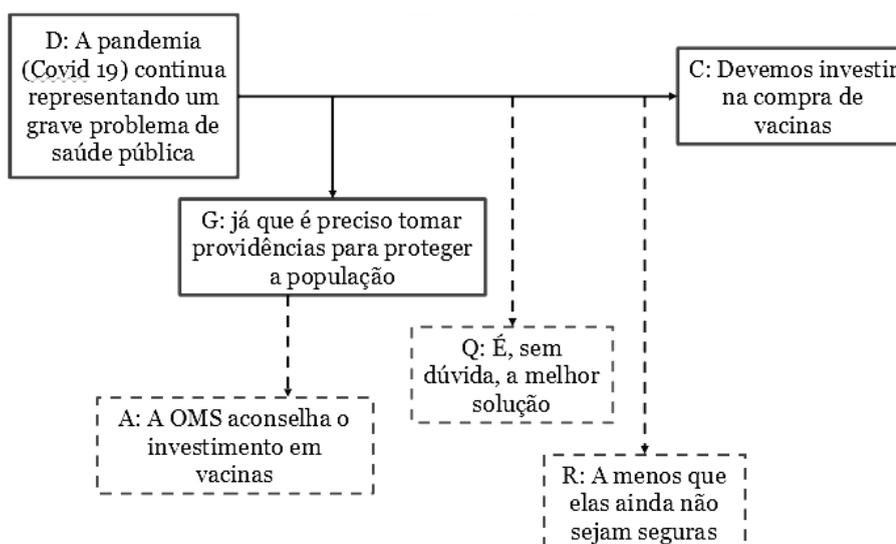
Com estes elementos, tem-se um padrão simples, um esqueleto inicial daquilo que possui potencial para tornar-se um padrão complexo e completo de argumentação. Toulmin (2001) afirma que há garantias de vários tipos, e elas podem conferir graus de força diferentes às conclusões que estiverem sendo por elas justificadas, de modo que pode não bastar especificar dados, garantias e alegação, sendo necessário, talvez, acrescentar algo que sirva como referência explícita ao grau de força que os dados conferem à conclusão em virtude da garantia. Dessa forma, ao padrão básico, podem ser inseridos mais três elementos, transformando-o em um modelo complexo de argumentação. Assim, se uma garantia for questionada, ela pode ser alvo de um *apoio (A)*, um reforço que transmite uma “ideia semelhante à dos dados e que aumenta a probabilidade de aceitação da justificativa” (LEITÃO, 1999, p. 96). Também pode ser adicionado – quando há necessidade de qualificar a garantia com um advérbio (como provavelmente, necessariamente, presumivelmente) – um *qualificador modal (Q)*, que indica a força conferida pela garantia a esse passo. Além disso, vale mencionar as *condições de refutação (R)*, que “indicam circunstâncias nas quais se tem que deixar de lado a autoridade geral da garantia” (TOULMIN, 2001, p. 145). Para ilustrar o modelo de Toulmin completo, seguem as figuras abaixo:

Figura 02: Modelo de Toulmin



Fonte: compilado pelo autor

Figura 03: Aplicação de um exemplo de argumento no modelo de Toulmin



Fonte: arquivo das aulas da disciplina *Argumentação na Educação*

Dessa forma, todos esses elementos aqui apresentados levam à percepção da perspectiva monológica presente nos estudos de Toulmin, uma vez que o modelo argumentativo apresentado explicita a sua preocupação com a estrutura, a qualidade e a aceitabilidade de um argumento. Assim, o modelo de Toulmin, segundo Leitão (1999),

permite que se explicita um ponto de vista, os elementos que fundamentam (dados, justificativa, apoio) e os que restringem o escopo de um argumento (qualificador e condições de refutação), mas não o impacto que a consideração de elementos contrários (condições de refutação) pode ter sobre o argumento inicial. (LEITÃO, 1999, p. 98)

Dessarte, no presente artigo, visando demonstrar – de maneira teórico e prática – a semelhança entre a teoria de Toulmin e as recomendações para a construção da dissertação argumentativa, dispostas na Cartilha do Participante, o modelo de argumento em questão foi detalhado na análise de dados, cujo procedimento metodológico está explanado no tópico a seguir.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho, desenvolvemos uma pesquisa de caráter documental – devido à análise de um documento oficial e bibliográfico – em razão do estudo de obras científicas. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa documental caracteriza-se por uma fonte de coleta de dados restrita a documentos (documentos oficiais, fontes estatísticas, iconografias,

fotografias...), enquanto a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas [...]” (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.183).

A partir disso, o documento oficial utilizado foi *A redação no Enem 2022: cartilha do participante* o qual explicita 05 competências a serem avaliadas na redação do Enem (figura 01). Dentre as 05, foram analisadas as orientações relativas às competências 02 e 03, as quais abrangem, respectivamente: a compreensão do tema e presença de repertório sociocultural; e a seleção, qualidade, elaboração e organização de ideias e argumentos. Visou-se, por meio disso, atender aos seguintes objetivos específicos:

1. Demonstrar teoricamente que a perspectiva de argumentação de Toulmin manifesta-se no documento oficial *A redação no Enem 2022: cartilha do participante*.

2. Verificar se o modelo de Toulmin encontra-se em redações que atingiram a pontuação máxima (1.000 pontos) no exame de 2021, disponíveis na *Cartilha do Participante*.

Como coleta de dados para atender ao primeiro objetivo, foi feito um levantamento de leituras concernentes às perspectivas argumentativas dialógicas e monológicas, buscando traçar um paralelo entre a teoria de Toulmin e a *Cartilha do Participante*. A relação estabelecida entre ambas deu-se mediante a observação de pontos em comum entre as orientações apontadas no documento e a perspectiva monológica de argumentação de Toulmin em relação à maneira como argumentos podem ser selecionados, estruturados e organizados para defender um ponto de vista.

Para responder ao segundo objetivo, das 07 dissertações argumentativas nota 1.000, disponibilizadas pelo documento oficial, as quais analisamos, selecionamos aleatoriamente 01 redação para representar um padrão o qual se repete em todas. A análise foi realizada com base em um estudo do modelo de Toulmin (figura 02), buscando identificar os elementos pertinentes ao modelo na redação selecionada.

Observa-se, no quadro abaixo, a sumarização dos procedimentos:

Quadro 01 – Relação de objetivos, dados e formas de análise

	Objetivos	Dados	Análise
01	Demonstrar teoricamente que a perspectiva de argumentação de Toulmin manifesta-se no documento oficial <i>A redação no Enem 2022: cartilha do participante</i> .	A redação no Enem 2022: cartilha do participante; Teoria de Toulmin.	Relacionar teoricamente o conteúdo da <i>Cartilha do Participante</i> (com ênfase nas competências avaliativas 2 e 3 para a construção da redação) com a perspectiva argumentativa de Toulmin.

02	Verificar se o modelo de Toulmin encontra-se em redações que atingiram a pontuação máxima (1.000 pontos) no exame de 2021, disponíveis na Cartilha do Participante.	01 redação nota 1.000, disponível na Cartilha do Participante.	Analisar os argumentos presentes na redação, buscando encontrar os elementos que compõem o modelo de Toulmin.
----	---	--	---

Fonte: elaborado pelo autor

3. ANÁLISE DE DADOS

3.1 Objetivo específico 01: Demonstrar teoricamente que a perspectiva de argumentação de Toulmin manifesta-se no documento oficial A redação no Enem 2022: cartilha do participante.

Para realizar a análise referente ao primeiro objetivo específico deste trabalho, buscamos relacionar teoricamente a Cartilha do Participante com a perspectiva de argumentação de Toulmin. Dentre as 5 competências avaliativas (figura 01) dispostas no documento oficial, a esta pesquisa interessam as 02 e 03, as quais dizem respeito, respectivamente: à compreensão da proposta de redação e aplicação de conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema; e à seleção, relação, organização e interpretação de informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista (BRASIL, 2022).

O documento, na competência 2, traz como aspectos a serem avaliados: 1- a compreensão da proposta de redação (o tema); 2- a presença de repertório sociocultural – informações relacionadas a áreas do conhecimento⁷. O primeiro aspecto busca avaliar as habilidades integradas de leitura e escrita (BRASIL, 2022) e indica que o ponto de vista defendido no texto precisa ser pertinente à proposta de redação, evitando abordagem tangencial ou fuga ao tema. Ademais, consoante a Cartilha, o segundo aspecto (repertório sociocultural) configura uma informação, um fato, uma citação, entre outros que contribuem como argumento para a discussão proposta. Também, relacionado ao tema proposto, nesse repertório, as informações, em geral, precisam estar articuladas produtivamente, demonstrando nada mais que uma preocupação com a qualidade do argumento e com a consistência da defesa do ponto de vista, conforme abaixo:

Selecione, a partir de conhecimentos próprios [...], informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu

⁷ A Cartilha do Participante entende como “áreas do conhecimento” informações que devem ser pertinentes ao tema proposto e devem partir da bagagem sociocultural do participante, indo além dos textos motivadores disponíveis no exame.

texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: validar seu ponto de vista. (BRASIL, 2022, p. 12)

Com isso, observamos que aspectos tais qual a negociação de diferentes perspectivas – que pode ocorrer no campo do pensamento, sob uma concepção dialógica de argumentação, como defende Leitão (1999) – não são cobrados no detalhamento dos critérios avaliativos da competência 2, demonstrando preocupação apenas com o quão consistente uma conclusão pode tornar-se se a ela forem adicionadas informações (no caso, o repertório sociocultural) que aumentem a sua aceitabilidade, evidenciando similaridade com a perspectiva argumentativa monológica.

Para Toulmin (2001), supondo que uma asserção seja proferida – reconhecendo que toda asserção envolve uma conclusão (ou alegação) – e garantindo que haja um comprometimento com ela, se essa conclusão for desafiada, é preciso ser capaz de provar que ela é verídica e justificável. Em outras palavras, dado um ponto de vista, e assumindo que esse ponto de vista necessita de argumentos para defendê-lo, é necessário saber atestar a veracidade desses argumentos. De acordo com o filósofo, normalmente, há fatos (*dados D*) que podem ser oferecidos para sustentar uma conclusão, a menos que a asserção proferida tenha sido feita de modo irresponsável, sem que tenha havido uma reflexão a respeito.

Com base nisso, percebe-se que o repertório sociocultural requerido na competência 02 apresenta-se como uma fundamentação dos fatos aos quais se refere Toulmin, uma vez que aquele, conforme a Cartilha do Participante, deve ser pertinente à proposta de redação – o que implica uma reflexão sobre um ponto de vista concernente ao tema – e deve contribuir como argumento para a discussão levantada a fim de validar a ideia apresentada.

Ademais, na competência 3 – a qual diz respeito à seleção, relação, organização e interpretação de informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista – para atender aos critérios avaliativos, a Cartilha do Participante solicita a construção de um texto que apresente plausibilidade entre as ideias expostas, questão que deve estar alicerçada no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um *projeto de texto* (BRASIL, 2022). Nessa competência, é avaliada a inteligibilidade do texto, e para isso o documento aponta alguns critérios, tais como seleção de argumentos; relação de sentido entre as partes do texto; progressão adequada no desenvolvimento do tema; e desenvolvimento de argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido (BRASIL, 2022). Percebe-se que todos esses elementos remetem à concepção argumentativa de Toulmin, o qual considera que um argumento é um movimento (de dados a conclusões) que é autorizado por uma afirmação cujo conteúdo pode ser desafiado e, por isso,

é preciso selecionar informações pertinentes ao assunto em questão, que sejam capazes de reforçar o que foi afirmado (GRÁCIO, 2009).

A Cartilha, na explicação e nas instruções para a elaboração do projeto de texto, enfatiza mais ainda uma preocupação com a seleção e qualidade dos argumentos. Conforme o documento, o projeto de texto seria um esquema percebido implicitamente por meio de uma organização estratégica dos argumentos presentes na redação. É nele que argumentos serão fomentados para sustentar uma ideia, assim como a melhor ordem para apresentá-los, de modo que seja “claramente identificável a estratégia escolhida para defender o ponto de vista” (BRASIL, 2022, p. 17). Por assim dizer, há uma preocupação em orientar o participante a mostrar, implicitamente, que sua redação foi previamente planejada, que os argumentos passaram por um processo de seleção, avaliação e estruturação antes de serem expostos no texto. Isso, entretanto, desconsiderando mostrar se na construção desses argumentos também houve a consideração de diferentes perspectivas, assim, conferindo ao processo um caráter monológico de argumentação.

Dessa forma, percebe-se que o processo de elaboração do projeto de texto remete à concepção de estruturação de argumento de Toulmin (2001). Para ele, quando a asserção feita por um indivíduo precisa ser defendida, esse indivíduo deve pensar em como apresentar um bom argumento para sustentá-la. Entretanto, muitos elementos diferentes podem ser apresentados como fundamento para uma asserção, além da grande variedade de *procedimentos* (ou passos) que podem ser seguidos no desenvolvimento de argumentos justificatórios. Assim, em outras palavras, Toulmin (2001) afirma que para defender um ponto de vista, cabe ao indivíduo apresentar informações, fatos, dados, que sejam relevantes e suficientes a este fim. E isso implica saber selecionar o melhor tipo de argumento e os melhores elementos para compor a qualidade deste, tal como solicita a Cartilha do Participante na competência 03, reforçando a presença da perspectiva de Toulmin, e seu caráter monológico, no documento oficial em questão.

Entretanto, apesar de notarmos a abrangência de uma concepção de argumentação monológica na explicitação dos critérios das competências avaliativas, há, no final da Cartilha do Participante, um epílogo intitulado “Leia mais, seja mais” (BRASIL, 2022, p. 41). Nele, o documento afirma que a leitura frequente e diversificada traz ganhos à escrita, e aponta alguns benefícios, entre os quais: a oportunidade de “enxergar outras possibilidades de construção da argumentação, proporcionando bons exemplos de como defender um ponto de vista – demonstrando, por exemplo, como antecipar e rebater contra-argumentos” (BRASIL, 2022, p. 41). E, ainda, orienta que o participante ouça “os dois lados de uma discussão e leia pontos de

vista contrários e favoráveis ao assunto pesquisado, pois isso certamente ampliará seu horizonte argumentativo” (BRASIL, 2022, p. 42).

Apesar de o documento trazer sugestões que tendem à perspectiva dialógica de argumentação, tais propostas não são mencionadas, exploradas nem cobradas nas orientações e explicitação dos critérios de avaliação. Assim, é interessante pensarmos que se a perspectiva dialógica estivesse predominantemente manifestada, de fato, no documento oficial, essas orientações seriam um pouco diferentes. Se enquanto a perspectiva monológica prioriza o argumentador (aquele que propõe uma asserção) e a defesa de seu ponto de vista sem considerar a pluralidade e mudança de ideias, na abordagem dialógica, considera-se fundamental a presença de diferentes pontos de vista para que se possa chegar a um posicionamento referente a um dado tema (NASCIMENTO; DE CHIARO 2015).

Dessa forma, exigências para a elaboração de uma dissertação argumentativa sob uma perspectiva dialógica, com base em Nascimento e de Chiaro (2015), levariam o participante a ter que expressar na redação elementos pertencentes à chamada *triade argumentativa*: argumento, contra-argumento e resposta. Assim, o primeiro elemento seria o ponto de vista do participante junto a uma justificativa; o segundo, uma possível opinião contrária – que apareceria no texto por meio da antecipação de contra-argumentos; e o terceiro, a resposta, isto é, a reação do participante para com a intervenção do suposto outro nas suas ideias.

Portanto, consideramos que o documento A Redação do Enem 2022: cartilha do participante tende à concepção monológica de argumentação e, conforme demonstrado, a análise realizada evidencia a presença da perspectiva de argumentação de Toulmin no documento oficial.

3.2 Objetivo específico 02: Verificar se o modelo de Toulmin encontra-se em redações que atingiram a pontuação máxima (1.000 pontos) no exame de 2021, disponíveis na Cartilha do Participante.

Para realizarmos a análise referente ao segundo objetivo específico deste artigo, examinamos as 07 redações nota 1.000 dispostas na Cartilha do Participante. Percebemos, então, que os textos disponibilizados seguem um mesmo padrão e apresentam elementos do modelo de Toulmin. Portanto, dentre as 07 redações, selecionamos aleatoriamente 01, como representante, para compor a análise de dados deste trabalho. A dissertação argumentativa analisada (figura 04) foi redigida com base no tema “**Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil**” e apresenta-se de maneira estruturada, dispondo de 04

parágrafos; sendo 01 de introdução, 02 de desenvolvimento e 01 de conclusão – um clássico modo de organizar as partes de uma redação. A esta análise interessam os parágrafos de introdução e desenvolvimento, os quais são avaliados pelas competências 2 e 3⁸. Segue o texto na figura abaixo:

Figura 04 – redação nota 1.000 selecionada

ALICE SOUZA MOREIRA

A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra "Casa-grande e Senzala", do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. Nessa perspectiva, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, para, assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. Dessa forma, progressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.

Fonte: gov.br/inep

⁸ Como já visto, o documento *A Redação do Enem 2022: cartilha do participante* explicita os critérios avaliativos de cinco competências. As competências 2 e 3 relacionam-se, respectivamente: à compreensão da proposta de redação e aplicação de conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema; e à seleção, organização e interpretação de informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

No primeiro parágrafo (introdução), a participante aborda o tema, apresenta repertório sociocultural e expõe o seu ponto de vista – sua tese – em relação à problemática levantada. E já na introdução, percebemos um movimento interessante. Olhando para o modelo de Toulmin, no padrão básico de argumento (figura 02), é possível reconhecer que o repertório sociocultural apresentado (a Constituição Federal) na introdução, e a informação de que há milhares de pessoas no Brasil sem registro civil, equivalem a um dado (D) – o qual fundamenta uma afirmação –, enquanto a frase “*Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática*” (figura 04 - 1º parágrafo, 5ª linha) constitui a tese da participante e corresponde a uma conclusão (ou alegação) (C) – afirmação que expressa um ponto de vista. Seguindo o princípio do “se D, então C” (Toulmin, 2001, p. 141), visualmente, podemos verificar essa constatação mediante o arranjo a seguir:

Figura 05 – aplicação no padrão básico do modelo de Toulmin

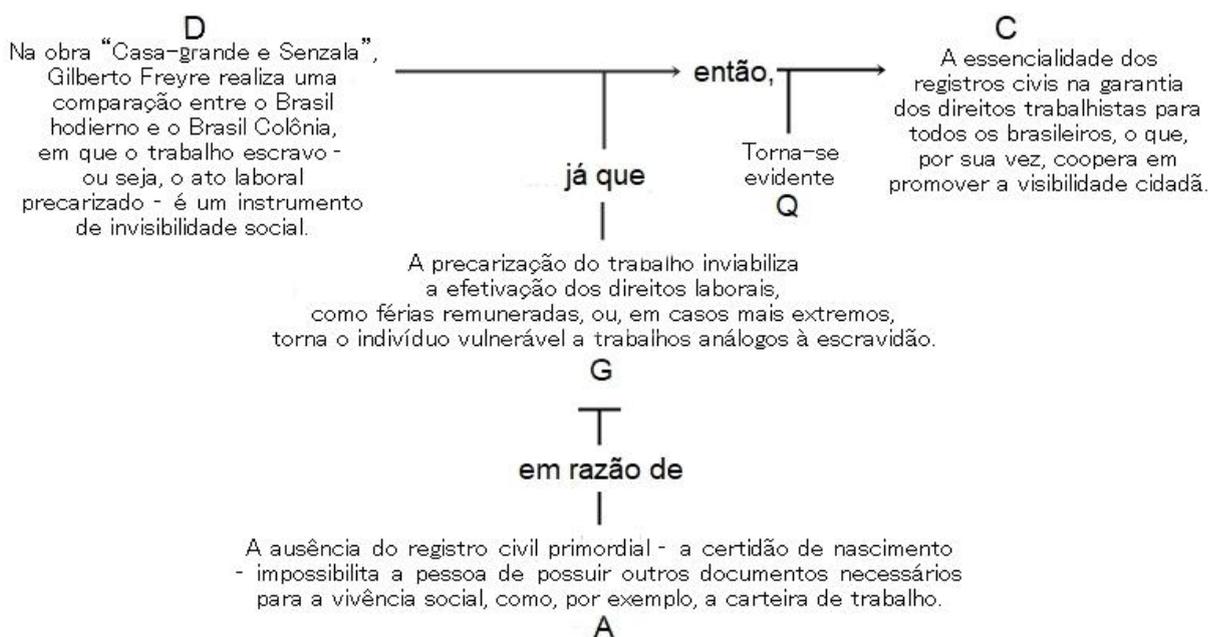


Fonte: elaborado pelo autor

Além disso, conforme sinalizado na figura acima, é possível identificarmos a presença de uma garantia (G), visto que o trecho “*impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil*” (figura 04 - 1º parágrafo, 4ª linha) se apresenta como uma ponte que autoriza a passagem dos dados (D) à conclusão (C), assim como teoriza Toulmin (2001).

O padrão observado acima, tal qual afirma Toulmin (2001), trata-se de um esqueleto de modelo que pode ser expandido para um padrão mais complexo, aprimorando a qualidade da estruturação de um argumento (figura 03). Um importante elemento presente nesse modelo mais complexo pode ser identificado no desenvolvimento da redação da participante por meio da seguinte configuração:

Figura 06 – aplicação em um padrão mais complexo do modelo de Toulmin 01



Fonte: Fonte: elaborado pelo autor

No exemplo acima – primeiro parágrafo do desenvolvimento (2º parágrafo do texto - figura 04) – notamos a inserção de um qualificador (Q), o qual confere um grau de certeza à conclusão, e a presença de um apoio (A) à garantia (G) apontada, elemento que, assim como o qualificador, não apareceu no parágrafo da introdução. De acordo com Toulmin (2001), ao defender uma conclusão (C), um indivíduo pode apresentar dados (D), garantias (G), qualificadores (Q) e condições de refutação (R), mas, mesmo assim, é provável que seja necessário apelar para algum *outro elemento* que reforce as garantias:

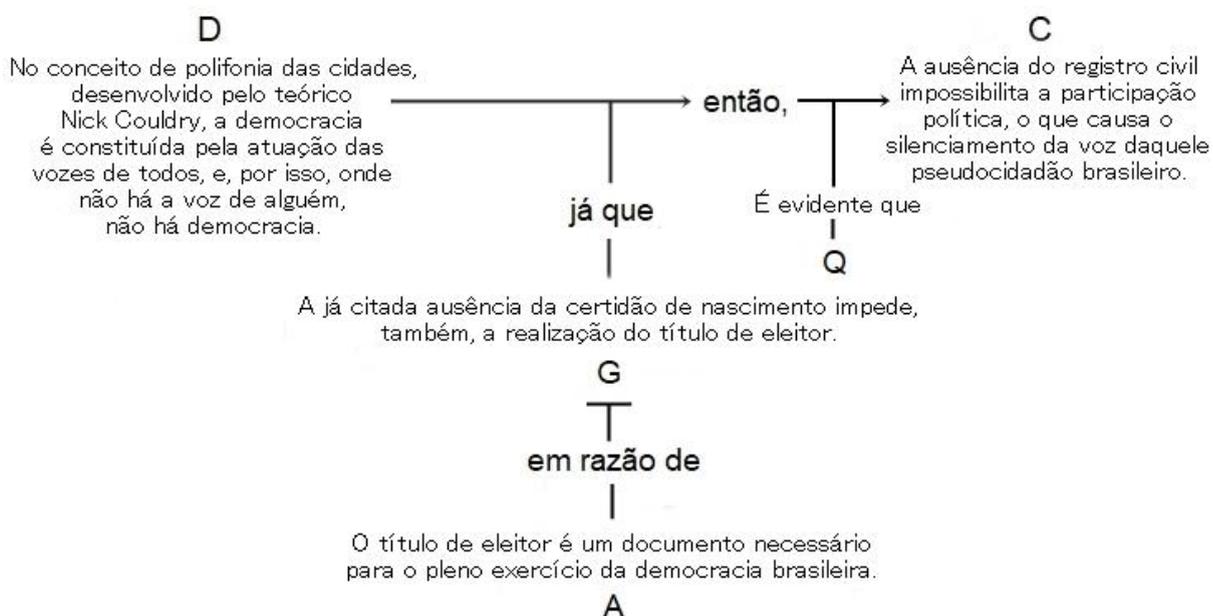
Pode acontecer de o nosso adversário admitir nossa garantia em geral e, neste caso, nosso argumento seria, sem dúvida, impecável – se nossos fatos D forem aceitos como apoio suficiente para nossas C, tudo muito bem. Mas essa garantia não se baseia, em seu turno, numa outra coisa? [...] por trás de nossas garantias normalmente haverá outros avais, sem os quais nem as próprias garantias teriam autoridade ou vigência. Esses avais podem ser tomados como apoio B das garantias (Toulmin, 2001, p. 148).

Dessa forma, para reforçar a ideia de que a precarização do trabalho impede a aplicação de direitos trabalhistas, a participante trouxe como apoio (A) a informação categórica de que a ausência de certidão de nascimento impossibilita a obtenção de outros documentos necessários para a cidadania – fato que fortalece a garantia apresentada. Com este

movimento, segundo a Cartilha do Participante (2022), a participante defendeu muito bem o seu ponto de vista, pois nos fez entender que direitos laborais não são concedidos aos trabalhadores que não possuem registro civil e, conseqüentemente, carteira de trabalho, impossibilitando que haja visibilidade cidadã a essas pessoas.

Um movimento semelhante pode ser percebido de maneira ainda mais clara no segundo parágrafo de desenvolvimento (3º parágrafo do texto - figura 04), no qual a participante dá continuidade e fechamento ao processo argumentativo para a defesa da tese apresentada na introdução. Podemos visualizar tal procedimento por meio da seguinte composição:

Figura 07 – aplicação em um padrão mais complexo do modelo de Toulmin 02



Fonte: elaborado pelo autor

Na esquematização acima, podemos observar a maneira como o padrão argumentativo se repete. Assim como no parágrafo anterior, neste, a participante recorre a um apoio (A) para sustentar a garantia (G) que autoriza a passagem do dado à conclusão (C), além de trazer um qualificador modal (Q), o qual aumenta o grau de certeza atribuído ao ponto de vista. Dessa forma, ela construiu um argumento consistente e de qualidade, conforme teoriza Toulmin (2001) e a Cartilha do Participante (2022) solicita.

Assim, de acordo com Cartilha do Participante (2022), acerca da construção dos argumentos nesta dissertação, é possível perceber, ao longo da redação, “a presença de um projeto de texto estratégico, que se configura na organização clara e no desenvolvimento consistente de argumentos” (A redação do Enem 2022: cartilha do participante, 2022, p. 38). Ademais, o documento afirma que a participante apresenta informações, fatos e opiniões

pertinentes ao tema proposto para defender o seu ponto de vista, mostrando, junto a outros aspectos textuais, um excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.

Ademais, é importante destacar que condições de refutação (R) não foram identificadas no processo de estruturação de argumentos desta redação, e isso não impediu o texto de atender aos critérios avaliativos das competências 2 e 3, referentes à argumentação, e consequentemente, alcançar a nota 1.000 no exame. Segundo Leitão (1999), o modelo de Toulmin permite que sejam explicitados um ponto de vista, os elementos que o fundamentam (dados, garantia e apoio) e os que restringem o escopo de um argumento (qualificadores e condições de refutação). Isto é, embora o modelo de Toulmin seja um padrão monológico, o elemento “condições de refutação (R)” estabelece uma possibilidade de diálogo quando o argumentador se põe a pensar em uma outra voz que refuta aquilo que ele afirma.

No entanto, o modelo não abrange o impacto que o ato de considerar elementos contrários (condições de refutação) pode causar sobre o argumento inicial (LEITÃO, 1999, p. 98). Assim, a ausência desse elemento em uma redação nota 1.000, cuja estrutura de argumento se encaixa no modelo de Toulmin, não nos causa estranhamento, pois o documento – **na explicitação dos critérios avaliativos**⁹ – não conduz o participante a construir uma argumentação dialógica, ou seja, que considere um diálogo por meio de uma ideia contrária ao ponto de vista defendido.

Dessa forma, observamos que a ausência de condições de refutação reforça a preocupação do documento oficial com a construção de um argumento de qualidade, e não com a criação de uma situação de argumentação dialógica – como foi observada na análise do primeiro objetivo específico deste trabalho –, evidenciando um caráter monológico. Por fim, em virtude do padrão de argumento presente na dissertação argumentativa selecionada e analisada – o qual se repete em todas as 07 apresentadas no documento – fica claro que o modelo de Toulmin, de fato, manifesta-se em redações que alcançaram a pontuação máxima no Enem 2021 (1.000 pontos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi explorado neste artigo, desde o percurso histórico da redação do Enem, as teorias argumentativas discutidas até as análises de dados referentes aos objetivos específicos,

⁹ Destacamos, pois, como fora mostrado na análise referente ao primeiro objetivo específico deste artigo, há, no documento oficial em questão, um epílogo o qual afirma que, por meio do exercício da leitura, o participante pode aprender a defender um ponto de vista antecipando e rebatendo contra-argumentos.

demonstramos que a perspectiva argumentativa de Toulmin mostra-se presente no documento oficial *A redação no Enem 2022: cartilha do participante*, e o seu modelo de argumento aparece em amostras de redações nota 1.000 dispostas no documento, como foi verificado por meio da análise da redação apresentada.

É válido lembrar que as dificuldades enfrentadas por muitos educadores no processo de ensinar a argumentar na redação, muitas vezes, levam-nos a recorrer à utilização de mecanismos como, por exemplo, frases de efeito e modelos prontos com citações decoradas. Considerando isso, tal qual apontamos no objetivo geral deste trabalho, seria pertinente, tanto para o professor de língua portuguesa quanto para os estudantes, a inserção do modelo de Toulmin em aulas de produção textual referentes à redação do Enem, visto que a perspectiva argumentativa monológica do filósofo manifesta-se no documento. Assim, reconhecemos que o modelo de Toulmin favorece esse processo de ensino-aprendizagem e traz a possibilidade de o aluno mergulhar no passo a passo da construção de um bom argumento, entender sua estrutura e mostrar, assim, autoria e protagonismo em seu próprio texto.

Entretanto, em últimas palavras, é significativo asseverar que pesquisadores e professores os quais se debruçam sobre o ensino de língua portuguesa, como Moretto (2014), consideram importante a existência de um espaço dialógico em sala de aula para o trabalho com a produção textual. Da mesma maneira, documentos oficiais como a BNCC¹⁰, no que se refere aos conhecimentos, competências e habilidades a serem atingidas no ensino de língua portuguesa – especialmente em práticas de escrita argumentativa – defendem o dialogismo, questão que se opõe àquilo que o Enem espera que o aluno/participante demonstre por meio da redação, tornando, assim, indispensável a elaboração de estudos futuros acerca deste contraste.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2009) Matriz de Referência para o ENEM 2009. Brasília: INEP/MEC

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A redação no Enem 2022: cartilha do participante. Brasília, 2022

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diário Oficial da União. Brasília, DF, n.100, p.56. 28 mai. 2009. Seção 1.

GRÁCIO, R. A. Discursividade e perspectivas. Questões de argumentação. Coimbra: Grácio Editor, dez. 2009. 195 p.

INEP. Histórico do Enem. Brasília, DF. 03 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITÃO, Selma. Contribuições dos estudos contemporâneos da argumentação a uma análise psicológica de processos de construção de conhecimento em sala de aula. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v.1, p. 91-109, 1999.

LEITÃO, Selma. O trabalho com argumentação em ambientes de ensino-aprendizagem: um desafio persistente. Uni-pluri/versidad, v. 12, n. 3, 2012.

MORETTO, Milena. Vozes que emergem em sala de aula: a importância do dialogismo nas dinâmicas de produção de texto. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, v.32, n.62, p.87-98, jun. 2014.

NASCIMENTO, J; DE CHIARO, S. Análise da produção argumentativa de jovens pré-acadêmicos. Tópicos Educacionais, Recife, n.1, p. 189-225, jan./jul. 2015.

NASCIMENTO, Jaime. Argumentação dialógica e indícios de autoria em redações nota mil do ENEM. Recife, 2021.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tipologia textual e ensino de língua. Domínios de Linguagem, Uberlândia, v.12, n. 3, p. 1336-1400, jul./set. 2018.

TOULMIN, Stephen. Os usos do argumento. Tradução de Reinaldo Guarany. Martins Fontes: São Paulo, 2001.